



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

MULHERES CAMPONESAS: PROTAGONISMO E LUTA DE CLASSES NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IGUALDADE DE GÊNERO.

Amanda Pereira da Silva Azinari; Odimar Joao Peripolli; Lisanil da C. P. Pereira; Rose
Marcia da Silva;

Universidade do Estado de Mato Grosso/Capes /MDA /SPM/PR - amandaps_jra@hotmail.com

Resumo: As políticas públicas de gênero nos últimos anos tiveram significativos avanços com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres vinculados à Presidência da República. Nos programas: Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família, elas são as maiores beneficiadas. Nas atividades no campo elas também vem exercendo protagonismo importante. O projeto financiado pelo MDA/SPM/PR, “Interface entre a pesquisa e extensão no acompanhamento ao Colegiado Territorial da Baixada Cuiabana”, em seu estágio inicial, já está nos demonstrando que apresenta uma organização maior que a dos homens. Pretende-se, neste texto mostrar como as políticas públicas voltadas as mulheres tem contribuído com a igualdade de gênero e ressaltar que estas só foram construídas a partir da mobilização e organização dos movimentos das mulheres camponesas. Ressaltamos que o trabalho até o momento está na fase de conhecer quais políticas públicas para as mulheres do campo foram implantas a partir da mobilização das mulheres camponesas. Portanto, trazemos um recorte de algumas dessas políticas e algumas reflexões sobre a igualdade de gênero a partir da legislação, documentos bases para elaboração das políticas públicas.

Palavras-chave: Gênero, Políticas públicas, Mulheres Camponesas.

Introdução

Por muito tempo as mulheres foram deixadas de fora do cenário político, econômico, cultural, como se fossem apenas um objeto decorativo, de prazeres, de apreciação, sexo frágil ou reprodutora da família que deveriam comportar-se timidamente, caladas perante todos os outros indivíduos. O silêncio, a violência, a dor, o desprezo, sempre estiveram presentes na trajetória da maioria das mulheres. Ao trazê-las para o debate confirmamos aqui nosso



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

posicionamento político e ideológico, o qual compreende a mulher, enquanto ser humano que possui sonhos, medos, dores, alegrias, esperanças, amores, paixões, ideologias, convicções antes não percebidas pelas esferas sociais.

Neste caminho, os objetivos são discutir algumas políticas públicas destinadas às mulheres do campo na tentativa de trazer para o diálogo a emergência de se estender e ampliar o direito das mulheres a todos os espaços sociais, reconhecendo-a enquanto sujeita da sua própria história, que não só colabora na economia, na melhoria de vida de suas famílias, como também, de exemplos de resistência dentro de suas comunidades ao assumirem responsabilidades como a educação, geração de renda em cooperativas ou na agricultura familiar, o respeito e preocupação com a sustentabilidade.

Vale ressaltar que,

[...] uma abordagem baseada na experiência das mulheres tende a permitir um alcance maior da perspectiva e da análise minuciosa das condições de vida, devido a sua prática cotidiana de cuidar de corpos, paixões e relações. Seu ponto de vista, além do mais, revela a profunda vulnerabilidade dos sujeitos “fortes”, isto é, dos homens adultos (brancos, europeus e de classe média) considerados normalmente como o modelo social (PICCHIO, 2012, p. 18).

Contudo, temos acreditado e tentado não diminuir o “homem” apesar de sua supervalorização na história formada pelo machismo, sociedade patriarcal, exploradora, mas percebendo que há uma necessidade de exigir o direito às mulheres de igualdade de oportunidades, de salários justos, espaços de trabalho, lazer, moradia, escola dignos de uma existência humana.

Este trabalho se justifica pela importância do tema, assim, conhecer e discutir essas políticas significa que ainda existem inúmeras mulheres que são violentadas, recebem salários menores que os homens, sem acesso a terra, trabalham na informalidade mais que os homens, e geralmente esses trabalhos são os mais precários possíveis.

O levantamento das políticas públicas que está sendo feito para o desenvolvimento do projeto financiado pelo (MDA) Ministério do Desenvolvimento Agrário servirá para dialogar com as mulheres da baixada cuiabana, para que as mesmas se apropriem e se empoderem dessas políticas para que possam difundir-las em todo o Estado de Mato Grosso. É possível



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

dizer, inclusive que há uma organização efetiva e atuante do movimento de mulheres na Baixada Cuiabana que é composta de 14 municípios, por influência/trabalho das (CEBs) Comunidades Eclesiais de Base (CPT) Comissão da Pastoral da Terra ambos vinculados a Igreja Católica, desde o final da década de 1979.

Metodologia

O presente trabalho foi desenvolvido através do levantamento bibliográfico e análise documental, mais especificamente, das legislações construídas no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e documentos que balizaram as reivindicações dos movimentos sociais das mulheres camponesas.

1 - Resultados e discussões

1.1 - A condição da mulher na história

Em alguns momentos da história oficial humana, a mulher nem se quer foi citada isoladamente enquanto sujeito, salvo algumas exceções que eram da burguesia, de pele branca e representavam a nobreza, que talvez tivessem seus nomes na história oficial por estar ao lado de algum homem julgado importante.

A mulher, independente da classe social ou etnia, passa aparecer na história oficial quando ganha espaço nas discussões da academia, e também, começa a ser vista como sujeita histórica, independente, já que

Nos Estados Unidos e na Europa (sobretudo na França, Itália e Espanha), os estudos feministas já se encontram consolidados desde o final dos anos de 1960 e, com extensa produção, das décadas de 1970 e 1980. No Brasil, esta produção se fez um pouco mais recente, tendo se iniciado no final da década de 1970 e começo dos anos 1980 (CRUZ, 2008, p. 31).

Para a mesma autora, no Brasil, na década de 1980, inicia-se nas universidades públicas a criação de vários núcleos de estudos relacionados às mulheres, mas ainda com



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

fortes resistências, por se tratar de questões que vão além da nomenclatura “mulher”, mas a perda de um espaço antes dominado apenas por “homens”, pois

[...] no que se refere à ciência, a crítica feminista tem denunciado que a produção do conhecimento científico tem sido historicamente considerada como um domínio masculino, reservado aos homens e que, ainda que isto não signifique a exclusão das mulheres, explicita que as resistências existentes à presença delas no campo científico são ainda muito fortes (CRUZ, 2008, p. 35).

Para designar a mulher nas produções acadêmicas, os estudiosos (as) utilizavam-se do termo “gênero” já que escrever a palavra mulher, soaria como afronta a um tema silenciado por muito tempo contrariando o machismo tão evidente nas pesquisas, assim como, em toda sociedade. Scott (1989, p.3) diz que,

o “gênero” era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente.

Os estudos sobre as mulheres imprimem na história o rompimento com o modo de pensar dominante sobre estas, oferecendo-nos condições para questionar as desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres. Este estudo nos direciona a percepção que essas relações de poder sempre estiveram presentes nas relações de gênero, assim como, no espaço camponês.

2. O MST e a militância pelo direito de ser gente.

O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra surge na década de 80, em contraposição ao modelo de sociedade organizada até então (latifúndios, militarismo, capitalismo) enquanto estratégia de alcançar direito o a terra, mas que logo em seguida, lutam para a conquista de outros direitos básicos a vida. E as mulheres sempre foram protagonistas dentro do movimento.

Ao analisar as dinâmicas dos movimentos sociais do campo, percebemos que a mulher, é vista para além das questões domésticas, pois a própria Educação do campo, que



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

tem sua formação com as mães que para não deixarem seus filhos sem escolas, arregaçam as mangas e iniciam a docência mesmo com pouca escolaridade.

Dentro do MST, a mulher é percebida como agente de transformação social, e tem direitos, assim como, os homens. É uma relação diferente da proposta empregada nas sociedades capitalistas, e em sua maioria, urbana, em que a mulher é vista apenas como mão de obra barata, quando não, objeto sexual.

Um dos princípios que o movimento traz é sobre a importância de “criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhe direitos iguais” (MORISSAWA, 2001, p. 211). Esta autora ainda trata da importância da mulher no modelo de sociedade que almeja o MST, que é percebida na,

Sua experiência nas ocupações, nos enfrentamentos e nas negociações, na lavoura, em suas casas ou barracos de lona, nas escolas, nas associações, nas cooperativas, no jornal e nas secretarias, resultou na criação do Coletivo Nacional das Mulheres do MST (MORISSAWA, 2001, p. 212).

Com a conquista dos seus espaços, as mulheres do campo, revelam que os papéis vão além do cuidar da casa e dos filhos, e a negação antes consolidada, ultrapassa as barreiras desta ocultação vivenciada ao longo da história. As mulheres demonstram que são protagonistas de suas próprias histórias e estão ocupando não só a terra, a escola, mas as estruturas políticas e econômicas dentro de nosso país.

2 CONTRIBUIÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS FEMINISTAS PARA ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL PARA AS MULHERES.

2.1 Movimento De Mulheres Camponesas – MMC

O Movimento de Mulheres Camponesas nasce na década de 80 juntamente com outros movimentos sociais que lutavam pela liberdade, dignidade, e direitos sociais, pois, “foi no caldo político da oposição sindical rural que muitas mulheres camponesas passaram a engajar na militância, descobrindo-se como sujeitos políticos [...]” (CISNE, 2014, p. 171).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Aliadas ao desejo de mudanças na sociedade de uma forma geral, as bandeiras defendidas pelo movimento passou a ser “o reconhecimento e valorização das Trabalhadoras Rurais, a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria), participação política entre outras”¹.

O movimento ainda defende que *mulher camponesa*, deva aparecer enquanto afirmação de uma identidade com o campo e suas lutas quando reforçam que,

Mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas².

Assim, o MMC ao enfatizar a ideia das lutas camponesas, contribui para a construção de uma identidade coletiva, de classe, a classe camponesa, e que é constituída de mulheres, crianças, homens. Mas reforça em especial, a classe das *mulheres camponesas*. E ao assumir esta postura, estabelece e reafirma que as lutas não serão apenas entre a classe trabalhadora e oprimida, mas das *mulheres* trabalhadoras .

2.2 - Marcha Das Margaridas

Marx e Engels (2004) ao afirmar que toda a história da humanidade é marcada pela luta de classes nos mobiliza a pensar que as desigualdades econômicas e sociais que foram

¹Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>> acesso em 01/03/2015).

²Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>> acesso em 01/03/2015.

³ Segundo Konder (2008, p. 8), “a dialética é o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”.

⁴ A marcha leva o nome de uma sindicalista, paraibana, Margarida Alves, que foi morta em 1983 com/a tiros. Lutava contra as condições de trabalho dos povos do campo e uma de suas lutas era contra usineiros latifundiários que exploravam e prejudicavam o desenvolvimento da agricultura familiar na região de Alagoa Grande e municípios vizinhos. Disponível em <http://www.cut.org.br/noticias/30-anos-sem-margarida-maria-alves-simbolo-da-luta-no-campo-0238/> >acesso em 17/03/2015).

⁵ Disponível em <http://transformatoriomargaridas.org.br> > capturado em 01/05/2015.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

impulsionadas pelo capitalismo. Porém, que a história é dialética³, que além de identificar os fatos, temos a possibilidade de perceber nos movimentos sociais a superação dessas relações.

Dentre os movimentos sociais que se organizam para pressionar o governo e a classe política a estabelecer o atendimento as mulheres do campo e da floresta, identificamos a “Marcha das Margaridas⁴”, liderada pela organização sindical e tem sido protagonista em muitas conquistas para as mulheres brasileiras.

A Marcha das Margaridas é uma ampla ação estratégica das mulheres do campo e da floresta, promovida pela Contag, Federações e Sindicatos que se consolidou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e das organizações parceiras – movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras e centrais sindicais e organizações internacionais.⁵

A Marcha das Margaridas atua desde 2007 organizando reivindicações que são levadas à Brasília em várias frentes atendendo as demandas da classe. Existem inúmeras demandas dos movimentos sociais liderados pelas mulheres. Dentre essas demandas há a necessidade do acesso a terra, ter documentos como (CPF, RG, Título eleitora, Carteira de trabalho, etc), fortalecimento de experiências produtivas agroecológicas que contemple e auxilie no desenvolvimento econômico na geração de renda, melhora da qualidade alimentação, entre outras que foram organizadas em documentos e apresentadas em fóruns, conferências para a construção de uma política nacional para as mulheres do campo e da floresta.

3. QUE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO CAMPO? Algumas das conquistas dos movimentos sociais.

3.1 - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015

Este plano foi elaborado a partir da participação efetiva de mulheres urbanas e rurais a principio em conferências municipais, estaduais e nacional, mas que partiu das demandas dos movimentos sociais e sindicais, em especial, feministas. Vem demarcando espaços no campo



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

político, econômico e social, na medida em que viabiliza não apenas perceber a mulher enquanto sujeito da história, mas construir com ela propostas de superação das desigualdades produzidas e reproduzidas pela sociedade capitalista.

O plano contextualiza as problemáticas que giram em torno do mundo do trabalho; da educação para a cidadania, o que compreende a educação infantil para os filhos e filhas até a superação do analfabetismo e o acesso e permanência ao ensino profissionalizante ou superior; saúde integral, direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher; fortalecimento e participação da mulher em espaços de decisão e poder; desenvolvimento sustentável e economicamente justo; direito à terra às mulheres do campo e da floresta; valorização da cultura, acesso ao esporte e lazer; Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência;

Em referencia ao protagonismo das mulheres do campo e da floresta, o plano diz que “é preciso combater, acima de tudo, a invisibilidade do trabalho que realizam, valorizando a sua participação no processo produtivo, destacando-se as suas especificidades, expressas por seus saberes e diferentes práticas (BRASIL, 2011, p.61).

Foram organizadas as demandas e previsto estratégias, metas e ações para implementação das políticas que tem como parceria alguns ministérios como Ministério da educação, Ministério da saúde, Ministério da cultura, Ministério do esporte, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério de Desenvolvimento Social, entre outros.

3.1.1 - Alguns dos programas e ações

- **PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural** - É voltado para trabalhadoras rurais que não possuem documentos ou necessitam fazer a segunda via. O programa vai até os municípios, onde são feitos mutirões, para emitir a documentação.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

- **Organização Produtiva das Mulheres Rurais** - O objetivo do Programa é fortalecer as organizações produtivas das trabalhadoras rurais, viabilizar seu acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, promovendo a autonomia econômica e garantindo o protagonismo feminino na economia rural.
- **Enfrentamentos de todas as formas de violência** - prevê ações como a implantação de *Unidades Móveis* (caráter preventivo para acompanhamento e orientação em casos de violência contra as mulheres do campo e da floresta), *Disque 180* (canal de denúncias e apoio as mulheres que sofrem algum tipo de violência), *Lei Maria da Penha*
- **Territórios da cidadania** - Programa de crescimento sustentável voltado para as regiões do Brasil com maior necessidade de políticas públicas. Promove o desenvolvimento econômico e universaliza programas básicos de cidadania pela integração de ações dos governos com participação da sociedade civil.⁶

Para este último programa, tem sido nosso enfoque principal, mas que não concebemos que as mudanças almejadas no que tange aos direitos das mulheres se efetivem apenas por apenas um viés, o do trabalho, da agricultura, na produção de alimentos das mais variadas formas. Mas que sem ele, também, o desenvolvimento é impensável.

São conquistas históricas que resultam de amplo e forte movimento social das mulheres, mas ainda persistem grandes desigualdades regionais, sociais, raciais e étnicas. Assim, apesar de mais escolarizadas do que os homens, as mulheres ainda permanecem em situação de grande desigualdade no mercado de trabalho, ganham menos pelo mesmo trabalho, e são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, pelo cuidado dos filhos, de doentes e idosos. Estão em maior proporção nos trabalhos informais e constituem a imensa maioria de empregadas domésticas, as quais frequentemente não têm carteira assinada nem seguro social. São grandes contingentes de mulheres negras, ainda mais exploradas que as demais. (BRASIL, 2013, p. 101).

Assim, ao dialogar sobre as políticas e ações em andamento a nível nacional, percebemos algumas mudanças significativas para as mulheres do campo, ainda que nossa atenção neste momento estejam no âmbito das diretrizes e políticas públicas. A princípio, um avanço é que as mulheres estão sendo reconhecidas enquanto sujeitos de direitos. Também,

⁶ BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Mulheres do campo e da floresta: Diretrizes e ações nacionais*. Disponível em <http://www.spm.gov.br/>> acesso em 02/05/2015.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

que possuem diversas responsabilidades, muitas vezes, assumidas solitariamente no ambiente familiar, e não só por isso, mas precisam ser respeitadas em suas necessidades, lutas, sonhos. Mas, ainda há muito que caminhar no que tange ao amparo, segurança, acesso e permanência nos trabalhos formais, na educação, entre tantas outras demandas...

Pensamos que uma política para o campo, precisa contemplar o respeito⁷ ao meio ambiente e ações como estratégia de conservação do espaço natural para que possibilite o seu manuseio ecologicamente sustentável. Com o advento das tecnologias no campo, a intensa produção de grãos transgênicos (monocultura de soja, por exemplo⁸) tem afetado os modos de vida da população camponesa inclusive as mulheres⁹.

Os organismos geneticamente modificados (OGM), base da alimentação transgênica, têm provocado ultimamente verdadeiras catástrofes. Essa abordagem comercial da alimentação tem uma prática que desnaturaliza os alimentos em suas referências culturais (MARÍN, 2007, p. 156).

Embora tenha sido comprovado a intensidade e quantidade de insumos e pesticidas na produção agrícola, a medicina, segundo Puleo (2012, p. 34), “ignora que uma pessoa que não consome alimentos de produção ecológica pode ingerir até cinquenta variedades de pesticidas por dia”.

Então, vemos que a produção agroecológica também perpassa pela qualidade de vida, e que muitas vezes é pensada apenas para os pequenos produtores, inclusive responsabilizando-os por uma produção saudável. Aí nos deparamos com a contradição das políticas públicas, quando vemos altos investimentos no setor produtivo das monoculturas, inclusive liberando a transgenia como algo nocivo a vida das pessoas, em especial aos trabalhadores e trabalhadoras que estão diretamente expostos diretamente aos venenos sem que estas, possam escolher o que plantar e consumir.

Conclusão

⁷ A ideia de respeito ao meio ambiente aqui defendida, não se restringe apenas as mulheres camponesas, mas a todos os indivíduos que dela sobrevivem. Esta intenção pode ser observada no trabalho de Puleo (2012).

⁸ SOJA em números (safra 2013/2014). Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 28/04/2015.

⁹ Segundo Puleo (2012, p. 34) as mulheres estão mais expostas aos efeitos de pesticidas usados na produção agrícola atual. As toxinas fixam na gordura, e as mulheres possuem maior percentual de gordura que os homens. Assim como a própria contaminação do leite materno, que afeta também o grupo de crianças.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A efetivação das políticas públicas não depende apenas da sua legalidade, ou seja, de estar criada e sancionada pela Presidenta da República, vai muito além, porque precisa chegar onde essas mulheres estão, em suas comunidades, para que a política saia da esfera idealizada para o mundo material, concreto.

Os avanços alcançados pelos movimentos sociais do campo precisam ter o nosso reconhecimento, respeito, colaboração, em especial das *mulheres camponesas*, que atuam em diversas frentes lutando não apenas para a conquista de direitos em causa própria, mas também, para modificação das relações de trabalho, da sustentabilidade, da geração de renda, da educação para os filhos, da preservação dos costumes, da natureza e da vida.

Os movimentos de mulheres do campo mostram que um dos caminhos para as alteração da estrutura social está na organização coletiva, que é capaz de promover mudanças nas conjunturas macro (políticas) e micro (locais, nas comunidades) quando alcançam as legislações por exemplo.

É um marco histórico já que a construção política e econômica do Brasil foi pensada a partir de grupos dominantes, e em sua maioria, comandados por homens, brancos, burgueses. O rompimento com esta hegemonia machista e patriarcal acontece também com a chegada de uma Presidenta Mulher a frente do país. Que certamente, não mais sensível que os homens como insistem em afirmar em argumentos sempre machistas, mas na própria consciência de classe da qual a militância por direitos sociais sempre esteve presente enquanto, mulher.

Assim, compreendemos que têm sido atendidos alguns direitos das mulheres quando observamos no Programa Territórios da Cidadania, com enfoque nas mulheres do campo, recursos destinados ao fomento da agricultura familiar, o direito a terra, a créditos antes não concedidos. Um dos passos que temos acompanhado é a criação dos colegiados territoriais para a materialização dessas políticas, que leva em consideração as necessidades regionais, através da participação efetiva das *mulheres camponesas* em Mato Grosso.

Referências



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Mulheres do campo e da floresta: Diretrizes e ações nacionais*. Brasília, 2011.

CISNE, Mirle. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

CRUZ, Elizabeth Ferreira da. *AÇÃO POLÍTICA, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E RECONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES: um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em sociologia, Departamento de Ciência Sociais da Universidade Federal do Ceará – UFC, 2008. Disponível em < <http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/handle> acesso em 14/11/2012.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

MARÍN, José. *Globalização, diversidade cultural e desafios para a educação*. Revista de Educação Pública Cuiabá v. 16 n. 30. Jan.-abr. 2007

MARX. Karl. ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. 21. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PICCHIO, Antonella. A economia política e a pesquisa sobre as condições de vida. In: *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. FARIA, Nalu. MORENO Renata. (Orgs). São Paulo: SOF, 2012.

PULEO, Alicia H. Anjos do ecossistema? In: *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. FARIA, Nalu. MORENO Renata. (Orgs). São Paulo: SOF, 2012.

SCOTT, Joan. *GÊNERO: uma categoria útil para análise histórica*. TRADUÇÃO: Christine Rufino Dabat. Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press.